



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8372 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A RODA DE CONVERSA COMO ATIVIDADE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO À LUZ DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)

Edileide Ribeiro Pimentel - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Denise Maria de Carvalho Lopes - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A RODA DE CONVERSA COMO ATIVIDADE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO À LUZ DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)

RESUMO

Discute-se “A roda de conversa como atividade da prática pedagógica na Educação Infantil do Campo à luz das Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (DCNEI)” numa turma de Educação Infantil, numa Escola pública no contexto rural de São Paulo do Potengi/RN, objetivando analisar a atividade **roda de conversa** como parte da prática pedagógica desenvolvida/vivida por professores/crianças à luz das orientações sobre a proposta Pedagógica e as Infâncias do Campo contidas nas diretrizes de 2009. De abordagem qualitativa, utilizamos os registros no diário de campo como *corpus* de análise. Consideramos necessária uma formação específica para atuar na Educação Infantil do Campo, que respeite as culturas infantis e seus contextos de vida no campo, que o projeto pedagógico seja norteado pelas DCNEI (2009) e que a equipe gestora possa orientar/apoiar os docentes no decorrer do desenvolvimento de suas práticas.

Palavras-chave: diretrizes; Educação Infantil do Campo; prática pedagógica; roda de conversa;

1 INTRODUÇÃO

A temática “A roda de conversa como atividade da/na prática pedagógica na Educação Infantil do campo à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI)” ora apresentada, se constitui parte do percurso investigativo trilhado, no decorrer da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2019.

As práticas pedagógicas na Educação Infantil “do” campo significa valorização dos saberes/culturas dos que vivem do campo, refere-se a uma educação, pensada para e/ou com os sujeitos do campo, não deve ser uma educação pensada pela cidade, implementado no campo, ela reporta-se aos direitos dos povos do campo, em estudar no espaço onde vivem, sem precisar sair para a cidade. (SANTOS; SILVA; SOUZA 2013).

Desenvolver práticas pedagógicas típicas do contexto urbano no contexto do campo, não valorizar as falas, culturas e modos de se expressar das crianças do contexto do campo, seus modos próprios de se relacionar com o mundo, é preocupante. As identidades das crianças precisam ser valorizadas e se constituir ponto de partida, as interações precisam ser qualitativas, com intencionalidade pedagógica. A roda de conversa, como uma das atividades desenvolvidas na Educação Infantil, é lúdica, interativa, dinâmica e favorável às vivências das crianças, é lugar de fala e de escuta, principalmente das crianças. Como a roda de conversa é desenvolvida/vivida no contexto do campo? A forma como a roda de conversa vem sendo desenvolvida, dialoga com as orientações propostas nas DCNEI de 2009 para as crianças do contexto do campo?

A ausência de uma formação específica para atuar na docência no contexto do campo, a inexistência de uma proposta curricular que considere as crianças do campo e suas culturas e um apoio pedagógico que oriente os docentes no desenvolvimento das práticas. São nossas hipóteses. Elegemos como **objetivo** analisar a atividade roda de conversa, como parte da prática pedagógica desenvolvida/vivida por professores/crianças à luz das orientações sobre a proposta Pedagógica e as Infâncias do Campo contidas nas DCNEI de 2009. Definimos como objeto de estudo, a roda de conversa como atividade da prática pedagógica desenvolvida/vivida e o lócus da pesquisa, uma turma de Educação Infantil numa escola pública no contexto rural de São Paulo do Potengi/RN.

Participaram de nosso estudo, como sujeitos nas observações, duas professoras (P1) e Professora auxiliar (PA) e um grupamento de crianças com a seguinte composição: uma criança do Nível III (3 anos a 3 anos e 11 meses), quatro crianças do Nível IV (4 anos a 4 anos e 11 meses) e dezesseis crianças do Nível V (5 anos a 5 anos e 11 meses), totalizando 21 (vinte e uma crianças) regularmente matriculadas. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 47), a investigação qualitativa abrange princípios que, por sua vez, orientam processos de investigação, dos quais destacamos: na “investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.” Assim, o objeto de estudo é mais bem compreendido quando observado em seu ambiente natural, em seu contexto histórico e social, e o pesquisador é parte dessa investigação.

A “investigação qualitativa é descritiva” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48), condição que propicia ir além da quantificação de dados, porque nos permite esmiuçar, a partir da riqueza dos registros-transcrições, os aspectos que compõem e caracterizam os objetos pesquisados, com vistas à sua compreensão. Nesse aspecto, a palavra – seus significados e sentidos – assume particular importância no processo de construção, tanto dos registros quanto de suas interpretações, e ainda na disseminação dos resultados. Por fim, os “investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produto” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49)

Somente em um processo de imersão no lócus da pesquisa, no contexto da sala de referência e nas interações com as crianças e/ou crianças e adultos seria possível encontrar as respostas para as indagações que nos mobilizaram. Em nosso estudo, o objeto foi se reconfigurando em meio à nossa imersão no campo, assim, responsabilizamo-nos, pessoalmente, por construir os dados mediante a permanência no lócus por um semestre, durante trinta dias alternados.

Nesse tempo, nossos registros de observações constituem o *corpus* de análise. Consideramos que nossa observação assumiria um caráter de semi-participante como uma forma de melhor perceber e registrar as atividades nas rotinas desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa de modo mais livre. Para Gil (2009, p. 105) “o registro da observação é feito no momento em que esta ocorre e pode assumir diferentes formas. A mais frequente consiste na tomada de notas por escrito ou na gravação de sons e imagens.” Organizamos este estudo da seguinte forma: traçamos um breve panorama histórico da Educação Infantil através de algumas significativas legislações, discutimos sobre a prática pedagógica na Educação Infantil do campo, nos resultados, situamos a roda de conversa como atividade da prática pedagógica, concluindo com nossas considerações finais.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO (EIC), LEGISLAÇÕES E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Pode-se considerar que a educação infantil, ainda é um direito parcialmente adquirido, visto que ainda há muitas crianças, em idades de creche - fora da escola nos diversos contextos, sendo mais agravante ainda, no contexto do campo. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, conforme o Art. 29. A Educação Infantil, passa a ser a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL 1996). Marco importante para romper com a educação infantil compensatória, assistencialista ou preparatória. Posteriormente, a Resolução nº 5/2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) reafirmando que a Educação Infantil é “oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade. ” (BRASIL, 2010 p.12)

Em 2013, na Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), houve um processo de (re)afirmação, das DCNEI de 2009. Em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, se tornou o mais recente instrumento mandatário, que retoma o papel ativo da criança/educando nos processos de aprendizagens. Estamos na fase atual de *apender a ler a base* e de reorganização curricular.

Sobre o contexto do campo brasileiro, é extenso e variado, nossas crianças, têm especificidades próprias que precisa estar contidas nas propostas pedagógicas conforme as DCNEIs (2009), abrindo um diálogo produtivo entre os acúmulos da educação do campo e da educação infantil. (BARBOSA 2012). As discussões ocorridas no decorrer dos três anos, foram importantes, para descortinar a EIC, a pluralidade dos campos no Brasil e as especificidades das crianças residentes nos contextos rurais.

As DCNEIs (2009) definem melhor, quais são os campos brasileiros, no parágrafo 3º

do Art. 8º, as orientações e indicações para as propostas pedagógicas das crianças, filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e povos da floresta. Pesquisadores, docentes e sociedade civil estabeleceram uma agenda de mobilização nacional, sobre a EIC, identificando experiências exitosas, que pudessem nortear os projetos, políticas e programas nos municípios brasileiros, contribuindo para ampliar as discussões sobre os currículos e as práticas na EIC, que resultou na melhoria das orientações curriculares atuais registrados no documento “Oferta e demanda de educação infantil no campo”, MEC/UFRGS, contribuindo para que o tema saia do plano da invisibilidade. (BARBOSA 2012)

A prática pedagógica inclui todo o que desenvolvemos com as crianças do acolhimento a despedida, é tudo aquilo que fazemos cotidianamente para articular o que as crianças, já sabem, com o que consideramos fundamental que ela venham a saber sobre os conhecimentos produzidos pela humanidade. “Se constitui no diálogo entre o documento que orienta a prática e a prática que mobiliza a (re)elaboração do documento, num processo contínuo de reflexão e ação, com a participação ativa e democrática de toda a comunidade escolar” (DANTAS 2016 p. 139).

Sobre o contexto do campo, segundo as DCNEI (2009), a proposta pedagógica para as crianças moradoras na zona rural deve:

- Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural e;
- Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. (BRASIL 2009 p. 25)

É fundamental levar em conta, as particularidades/singularidades pessoais e coletivas de bebê e/ou crianças pequenas. Silva; Pasuch; Silva (2012) afirmam que também integram à proposta pedagógica, os saberes das famílias, sobre práticas educativas, os costumes locais, as formas de organização das famílias, os ritmos daquela população e das crianças, precisa estar em sintonia com as práticas culturais daquele contexto social. Isso implica reafirmar que a proposta pedagógica, é uma construção coletiva.

Sobre a proposta pedagógica encontrada no lócus da pesquisa, notamos que pouco valoriza a especificidade das crianças e do contexto, conforme a fala da P1 sobre o documento, “fazem-se uma adaptação do que se trabalha no contexto urbano, para o contexto do campo”. (DIARIO DE CAMPO 01/08/2017). Trata-se de uma única proposta curricular para os cinco centros de Ensino Rural do Município. Como nos lembra Silva; Pasuch (2010. p. 2) “Creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos.”

3 RESULTADOS DA PESQUISA: a roda de conversa como atividade da/na prática pedagógica

Tomamos a **roda de conversa** como atividade para análise. Após o jejum, em círculo, de mãos dadas, as crianças sentam próximo ao quadro. É um momento de alegria, de conversa, de escuta, partilha e de exposição/organização das demais atividades que irão compor a rotina do dia.

[...] roda de conversa é o momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de idéias. Por meio desse exercício cotidiano as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor suas idéias, dúvidas e descobertas, ampliar seu vocabulário e aprender a valorizar o grupo como instância de troca e aprendizagem (BRASIL 1998, vol. 3, p. 138).

Conforme Silva (2015 p. 155) “é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva entre os sujeitos. Apresenta-se como um rico momento para ser utilizado como prática de aproximação entre os participantes no cotidiano.” A roda de conversa não deve ser utilizada, mesmo que indiretamente, como uma das formas naturalizadas de disciplinar as crianças, conforme relata Silva (2015 p. 149)

[...] Ficar quieta, não se mexer, não conversar com os colegas, não rir, não falar alto, não deitar é o que muitas vezes os adultos querem em relação às crianças na hora da roda. Eles controlam todas as ações dos pequenos, inclusive punindo-os quando não correspondem às suas expectativas. Por outro lado, defendem uma infância vivida. Fica evidente que, ao mesmo passo que o desejo dos adultos está em favor do respeito à criança como um ator e agente social e do reconhecimento das suas especificidades, as ações praticadas ainda estão atreladas a constrangimentos estruturais e, por isso, não podem ser apreendidas fora deles.

Disciplinar e silenciar as crianças na atividade roda de conversa, é contraditório ao que se propõem as DCNEIs (2009) ao nos lembrar que é necessário Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais, Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, bem como a práticas ambientalmente sustentáveis. (BRASIL 2009). É importante que a roda de conversa seja percebida como um dos lugares de encontro, um espaço democrático e de participação. Os docentes têm papel importante: mediar o encontro e potencializar novos diálogos. Essa prática pedagógica só é possível num contexto democrático, que considera a construção de relações e interações com oportunidades para que as crianças construam a sua própria aprendizagem. (OLIVEIRA-FORMOSINHO; FORMOSINHO, 2011).

Conforme registro, na atividade “Jornal do final de semana” que se inicia na roda de conversa, P1 pergunta o que as crianças fizeram no final de semana, as respostas foram: “fui visitar meu avô e ajudei a levar os burros para tomar água no barreiro, que se tivesse um hipopótamo, havia pescado ele”. PA escreve os textos de cada um no quadro, cada criança retorna as mesas e ale (...) (DIÁRIO DE CAMPO 09/10/2017).

Silva; Pasuch (2010) diz que na prática pedagógica, é preciso levar em conta, experiências sensoriais, afetivas, estéticas, éticas, políticas e ambientais, que são vividas pelas crianças ribeirinhas, assentadas e acampadas da reforma agrária, quilombolas, filhas de agricultores familiares, de povos da floresta, extrativistas, de pesquisadores e caiçara. É nessa multiplicidade natural/cultural que o campo brasileiro se configura que as crianças vivem suas infâncias. São múltiplos os campos e são múltiplas as infâncias. As crianças falam com propriedade do que faz parte das experiências de vida. “Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis” (BRASIL 2009 p. 25)

4 CONCLUSÃO

A atividade roda de conversa desenvolvida/vivida por professores e crianças dialoga em partes com as orientações das DCNEIs (2009), quando as crianças não são silenciadas, quando falam de suas experiências, quando não são repreendidas por deitar-se, ou por (des)organizar a roda, dentre outros aspectos. Notamos a necessidade de uma formação sobre as peculiaridades da EIC, de práticas pedagógicas que (re)coloque as crianças como centro da ação pedagógica, e que de fato, tais formações, contribuam para uma reorganização curricular e, conseqüentemente, da prática, visto que a proposta atual, envolve todas as unidades de ensino, desconsiderando a heterogeneidade e as peculiaridades próprias de cada comunidade rural.

Também registramos a ausência de uma coordenação pedagógica no contexto escolar, para contribuir na reflexão e reorganização da prática, devido haver uma equipe gestora formada por uma diretora, um coordenador pedagógico e uma secretaria, que respondem pela gestão das cinco Unidades de ensino e se instalaram na sede da secretaria de educação do município sede, apenas passando esporadicamente nas unidades, com dificuldades de descolamentos e de diálogo. Considera-se fundamental uma proposta pedagógica e conseqüentemente, uma prática pedagógica que respeite os saberes e as experiências de vida das crianças, que a roda de conversa possa oportunizar a escuta das crianças e o não silenciamento, que a mediação docente, seja nesta perspectiva, que ela não seja disciplinadora, que seja uma oportunidade de vivências significativa para as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB Vol. 3, 1998.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre, Artmed Editora, 2006.

DANTAS, Elaine Luciana Sobral. **Educação Infantil, Cultura, Currículo E Conhecimento: Sentidos Em Discussão**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal: UFRN, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. & FORMOSINHO, J. (2011). A perspectiva pedagógica da

Associação da Criança: A Pedagogia-em-participação. In J. Oliveira-Formosinho & R. Gambôa, *O trabalho de projeto na Pedagogia-em-participação* (pp. 11-39). Porto: Porto Editora;

SANTOS, Arlete Ramos dos. SILVA, Geovani de Jesus. SOUZA, Gilvan dos Santos. **Educação do Campo**. Ilhéus-Ba: Editus, 2013. Pedagogia. Mód. 7, v. 4, 137 p.

SILVA, Ana Paula S. da.; PASUCH, Jaqueline (Orgs.). **Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo**. Brasília, 2010.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article.>

Acesso em 5 mai. 2012

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. Um convite ao compromisso com a criança do campo. In: SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do campo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 27-31.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Adriana Aparecida Rodrigues da. **A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA RODA DE CONVERSA: POSSIBILIDADES E LIMITES DA AÇÃO EDUCATIVA E PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2015. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2015.